



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

Às 15:00 horas do dia 25 de Julho de 2019, na sala de reuniões da Secretaria de Planejamento Urbano, situada no 3º andar do Paço Municipal, Avenida João Ramalho, 205, Vila Noêmia – Mauá/SP, reuniram-se os representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação e convidados, conforme listas de presença em anexo, com o objetivo de deliberar acerca das seguintes pautas: 1) Informes Gerais; 2) Leitura e aprovação da ata de reunião anterior; 3) Deliberar sobre as alterações da Lei Nº 4.280/2007; 4) Deliberar sobre as alterações da Lei Nº 4.304/2008; 5) Debates sobre ocupações irregulares em imóveis públicos ou particulares, Pajussara, Jardim Oratório, Jardim Zaira, Chafick/Macuco e outros; 6) Deliberar sobre proposta de seminário para discutir formas de fomentos para melhorias e construções de habitação de interesse social. A senhora presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Márcia Evangelista Costa, agradece os presentes e inicia esta reunião extraordinária. Como informe gerais, a presidente agradece ao senhor Alvarino Lemes por ter presidido interinamente o Conselho e designa a mim, Daniel Agostinho, para ser o novo secretário da reunião. Em seguida, a senhora presidente confirma se todos receberam e leram a ata da reunião anterior, encaminhando para a sua aprovação. Nenhuma consideração é feita e a ata da reunião anterior, realizada no dia 30 de maio, é aprovada. Na sequência, é discutida a terceira pauta da reunião, sobre as alterações na Lei 4280/2007, que instituiu o Programa de Parcerias Público-Privadas – PPP no Município de Mauá. As alterações na lei já se encontravam pré-aprovadas. Confirmou-se que o recebimento e leitura da minuta pelos presentes e seguiu-se para a votação. Sem nenhuma contrariedade, as alterações na Lei 4280/2007 são aprovadas. Passa-se, então, para o quarto tópico da reunião, tratando sobre as alterações na Lei 4304/2008, que dispõe sobre alienação de imóveis no município. Confirma-se que todos receberam a referida lei e o Sr. Jovenildo explana sobre as alterações propostas, explicando que a lei não está regulamentada e que há a proposta de elaborar um decreto municipal sobre ela. A sugestão é debatida entre os presentes. O Sr. Antônio Virgínio de Holanda enfatiza a importância de se regulamentar e aplicar essa lei. Todos votam a favor para que seja realizado um pedido formal de decreto, regulamentando a aplicação da lei 4304/2008. A formalização do decreto será discutido juridicamente. Na reunião é debatido como será realizado a regularização e as vendas dos lotes referentes à lei. A Sra. presidente juntamente com Sr. Jovenildo Lopes Soares discorrem sobre a possibilidade de se criar uma concessionária para administrar as áreas, pontuando que as duas autarquias de habitação que existiram em Mauá foram ineficientes e deram prejuízo ao município. A concessionária seria uma boa opção no contexto de ocupações irregulares de Mauá, devendo ser estudado como se daria a sua inserção e atuação. Ficou acertado na reunião que primeiramente se pedirá a regumentação da lei 4304/2008 e, num segundo momento, se tratará da criação de uma concessionária de habitação para o município. Na continuidade, entra-se na quinta pauta da reunião, sobre ocupações irregulares em imóveis públicos ou particulares, e é apresentado abaixo-assinado de moradores em referência ao projeto e obras de urbanização para o assentamento precário Chafick-Macuco. Os moradores fazem cobrança quanto ao andamento das obras, que já foram autorizadas, mas que não estão observando serem realizadas. A Sra. Presidente explica que a Caixa Econômica deu autorização para a assinatura do contrato de projetos e obras do Chafick-Macuco, mas que ainda não deu a assinatura para o início das obras. Elucida, também, que as obras do Chafick-Macuco são divididas em diversas etapas, sendo que para várias delas ainda não há previsão de verba. A Sra. Presidente pontua que um dos maiores problemas com a região do Chafick-Macuco é que se trata de uma área particular, que dependendo da ação que houver no local,

[Handwritten signature]



CMDUH

esbarra na titularidade da área. O Sr. Antônio Virgínio de Holanda diz que existe o instrumento jurídico de adjudicação compulsória, onde se pode tomar um imóvel pelo montante de sua dívida. Debate-se que uma concessionária poderia fazer o intermédio nessa questão e também sobre as áreas da cidade que estão em precatório. A Sra. Presidente se reunirá com o Sr. Antônio, da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, para analisar estratégias jurídicas de ação para com áreas particulares ocupadas do município. Na sequência, entramos na sexta e última pauta da reunião, que trata sobre o seminário de fomento para melhorias e construções de habitação de interesse social no município. A Sra. Presidente explica que será realizado um seminário, ainda sem nome definido, no dia 29 de agosto de 2019. O seminário será ministrado pela Mariana Estevão, arquiteta carioca da ONG Soluções Urbanas, que atua no desenvolvimento de projetos visando a oferta de assistência técnica, mão de obra e materiais necessários para melhorias habitacionais, juntamente com o trabalho de profissionais de saúde. O evento já foi autorizado na Câmara Municipal de Mauá, e será realizado em seu plenário. Serão desenvolvidos e destruídos convites para o seminário. Discute-se a respeito da legislação federal sobre assistência técnica gratuita de arquitetos e engenheiros, que as prefeituras deveriam fornecer para as comunidades, e a sua não aplicação prática no município. A Sra. Presidente afirma que encaminhará o abaixo-assinado, juntamente com a Ata da reunião, para o Secretário de Obras - Sr. Agostinho Anselmo Martins. A seguir, a pesquisadora Sandra Assis diz que tem acompanhado o processo de projeto e obras para o Chafick-Macuco junto aos munícipes, explanando sobre as motivações para a elaboração do abaixo-assinado. A Sandra fala também sobre as áreas de risco, onde famílias são removidas e que voltam a ser ocupadas, sem ter sido realizada nenhuma obra nos locais. A Sra. presidente diz que está em estudo fazer a remoção do auxílio de moradia emergencial, hoje vinculado à Secretaria de Habitação, e passar para a Promoção Social. Explica que na Habitação não há acompanhamento socioeconômico dos cadastrados. Nada mais a ser tratado, a Presidente do Conselho de Desenvolvimento Urbano e Habitação, às 16:45 horas, dá por encerrada a reunião. Eu, Daniel Agostinho, secretário da reunião, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e pela presidente do Conselho Sra. Márcia Evangelista Costa.


Daniel Agostinho
Secretário Executivo


Márcia Evangelista Costa
Presidente

Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação